
***Rio Sul 1 Energia Ltda.
Controladora e
consolidado***

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e quotistas
Rio Sul 1 Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rio Sul 1 Energia Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 18 de maio de 2023, sem ressalvas.



Rio Sul 1 Energia Ltda.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Rio Sul 1 Energia Ltda.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by
Rui de Faria
Assinado por MARCELO DE SOUZA PRADO NICOLAU 2220707846
CPF: 7220707846
Papel: Sócio-administrador
Destino da Assinatura: 18 de junho de 2024 | 13:07 BRT
© ICP-Brasil. CUI: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
© SPT
Empresa: AC SERASA PPS S.A.

Marcelo de Souza Prado Nicolau
Contador CRC 1SP255758/O-9

RIO SUL 1 ENERGIA LTDA. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	181	3.632	92.236	69.545	Fornecedores	12	-	-	2.700	2.358
Contas a receber de clientes	6	-	-	59.686	62.251	Contas a Pagar	16	-	-	109.635	72.637
Despesas antecipadas		-	-	1.865	1.796	Financiamentos	13	-	-	42.588	60.369
Impostos a recuperar	7	74	84	216	90	Debentures	14	-	-	56.516	54.671
Outros Créditos		-	-	11	39	Impostos a recolher		1	9	3.994	2.861
Total		255	3.716	154.014	133.721	Partes relacionadas	23	-	-	4.402	5.538
						Provisão IRPJ e CSLL	9	-	1	7.062	4.181
						Outras obrigações		-	-	1.459	1.358
						Provisões		-	-	-	650
						Arrendamento	17	-	-	72	437
						Dividendos a pagar		208	3.200	11.049	16.083
						Total		209	3.210	239.477	221.143
Não Circulante						Não Circulante					
Outros Créditos		-	-	241	289	Financiamentos	13	-	-	198.380	219.661
Aplicações Financeiras Vinculadas	8	-	-	56.853	58.176	Contas a Pagar	16	-	-	6.739	12.186
IRPJ e CSLL Diferidos		-	-	2.195	1.885	Debentures	14	-	-	62.590	116.956
Contas a Receber	6	-	-	2.238	8.386	Arrendamento	17	-	-	6.664	5.859
Impostos a recuperar	7	-	162	-	162	Provisão para Desmobilização	11.b	-	-	49.044	11.019
Dividendos a Receber		54.489	51.536	-	-	Provisão para riscos tributários	18	-	-	1.634	1.534
Investimento	10	437.402	377.948	-	-	Total		-	-	325.051	367.215
Arrendamento	17	-	-	5.817	5.606						
Imobilizado	11	-	-	890.924	904.663	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível		-	-	98	105	Capital social	19	349.958	296.258	349.958	296.258
Total		491.891	429.646	958.366	979.272	Reserva de capital	19	(8.650)	-	-	-
						Reservas de lucro	19	150.629	133.894	141.979	133.894
						Total do patrimônio líquido controladora		491.937	430.152	491.937	430.152
						Participação dos não controladores		-	-	55.915	94.484
						Total do patrimônio líquido		491.937	430.152	547.852	524.636
TOTAL DO ATIVO		492.146	433.362	1.112.380	1.112.993	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		492.146	433.362	1.112.380	1.112.994

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RIO SUL 1 ENERGIA LTDA E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
RECEITA BRUTA DE VENDAS		-	-	412.180	417.739
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA					
Impostos incidentes sobre vendas		-	-	(29.062)	(29.642)
Receita Operacional Líquida	20	-	-	383.118	388.097
Custo da Operação	21	-	-	(162.277)	(160.266)
LUCRO BRUTO		-	-	220.841	227.831
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	21	(576)	(194)	(11.500)	(14.105)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	-	-	5.923	6.288
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	113.604	104.896	-	-
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro		113.028	104.702	215.264	220.014
Receitas financeiras	22	268	199	20.755	16.459
Despesas financeiras	22	(138)	(34)	(45.566)	(53.403)
Variação cambial, líquida		-	-	-	8
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		113.158	104.867	190.453	183.078
Imposto de Renda e Contribuição Social	9				
Corrente		-	-	(54.906)	(52.828)
Diferido		-	-	310	840
Lucro Líquido do Exercício		113.158	104.867	135.857	131.090
Atribuível a:					
Participação Controladores		113.158	104.867	113.158	104.867
Participação dos não Controladores		-	-	22.699	26.223

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RIO SUL 1 ENERGIA LTDA E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)



	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	113.158	104.867	135.857	131.090
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	104.867	101.131	131.089	126.398
Resultado Abrangente total atribuído a:				
Participação Controladores	104.867	101.131	113.158	104.867
Participação dos não Controladores	-	-	22.699	26.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RIO SUL 1 ENERGIA LTDA E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)



	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total	Participação não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		296.258	-	145.441	-	441.699	97.362	539.061
Lucro líquido do exercício		-	-	-	104.867	104.867	26.223	131.090
Constituição de reserva lucros		-	-	104.867	(104.867)	-	-	-
Destinação de Dividendos		-	-	-	-	-	(12.885)	(12.885)
Distribuição de Dividendos		-	-	(116.414)	-	(116.414)	(16.216)	(132.630)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		296.258	-	133.894	-	430.152	94.484	524.636
Lucro líquido do exercício		-	-	-	113.158	113.158	22.699	135.857
Constituição de reserva de lucros	19	-	-	113.158	(113.158)	-	-	-
Destinação de Dividendos	19	-	-	-	-	-	(10.807)	(10.807)
Distribuição de Dividendos	19	-	-	(96.423)	-	(96.423)	(5.444)	(101.867)
Aumento de Capital		53.700	-	-	-	53.700	-	53.700
Ágio em transações de capital		-	(8.650)	-	-	(8.650)	(45.018)	(53.668)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		349.958	(8.650)	150.629	-	491.937	55.915	547.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RIO SUL 1 ENERGIA LTDA E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido do Exercício		113.158	104.867	135.857	131.089
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Imposto de renda e Contribuição social	9	-	1	54.596	51.988
Créditos de Impostos		-	-	(1.437)	(1.438)
Juros sobre a Dívida	22	-	-	42.222	50.320
Equivalência Patrimonial	10	(113.604)	(104.896)	-	-
Depreciação e amortização	11	-	-	52.492	52.514
Amortização Desmobilização	11	-	-	379	698
Despesas Financeiras com Desmobilização	22	-	-	678	633
Despesas Finan. Arrendamento	22	-	-	740	691
Depreciação e amortização de Arrendamentos	17	-	-	318	290
Provisão para riscos tributários		-	-	(550)	1.534
		<u>(446)</u>	<u>(28)</u>	<u>285.295</u>	<u>289.780</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	8.713	(6.154)
Outros Créditos		-	-	51	40
Impostos a recuperar		172	(42)	36	(36)
Despesas antecipadas		-	-	(69)	(222)
Fornecedores		-	-	330	(34)
Contas a pagar		-	-	26.797	38.390
Impostos a recolher		(8)	4	(7.740)	(5.810)
Partes Relacionadas		-	-	(1.004)	(836)
Outras obrigações e contas a pagar		-	-	4.754	586
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(282)</u>	<u>(66)</u>	<u>317.163</u>	<u>315.704</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	9	-	-	(43.150)	(43.564)
Pagamento de juros	13 e 14	-	-	(37.551)	(44.308)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(282)</u>	<u>(66)</u>	<u>236.462</u>	<u>227.832</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Dividendos Recebidos		96.215	114.414	-	-
Compra de participação em investida		(53.669)	-	(53.669)	-
Aquisição de imobilizado	11	-	-	(344)	(498)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>42.546</u>	<u>114.414</u>	<u>(54.013)</u>	<u>(498)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Aumento de capital social		53.700	-	53.700	-
Pagamento de financiamentos	13	-	-	(41.631)	(41.105)
Pagamento de Arrendamento	17	-	-	(799)	(777)
Pagamento de dividendos	19	(99.415)	(113.214)	(117.707)	(141.818)
Pagamento de Debentures	14	-	-	(55.182)	(51.203)
Comissionamento	14	-	-	539	539
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	1.323	(2.304)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(45.715)</u>	<u>(113.214)</u>	<u>(159.757)</u>	<u>(236.668)</u>
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>(3.451)</u>	<u>1.134</u>	<u>22.692</u>	<u>(9.334)</u>
Caixa obtido nas operações societárias	10	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.632	2.498	69.544	80.339
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>181</u>	<u>3.632</u>	<u>92.236</u>	<u>69.544</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



RIO SUL 1 ENERGIA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto valor nominal das ações)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Rio Sul 1 Energia Ltda. (“Companhia”) é uma sociedade limitada de capital fechado, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, constituída em 10 de dezembro de 2015.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

<u>Acionistas</u>	<u>Quotas</u>	<u>% de Participação</u>
Rio Grande Energias Renováveis Ltda.	296.258.398	99,99%
José Castelanos Ybarra	2	0,01%
	<u>296.258.400</u>	<u>100%</u>

A Companhia tem por objeto a promoção, a gestão e a administração de sociedades de toda classe, seja através dos órgãos diretivos, seja através da titularidade de ações e/ou de participações, podendo tais operações serem realizadas de forma direta ou indireta; a aquisição e/ou a subscrição de ações ou de participações em sociedades, no Brasil ou no estrangeiro, dedicadas a atividades de caráter empresarial, cujos títulos sejam ou não cotados em bolsa de valores.

A Companhia é controladora nas seguintes Sociedades de Propósito Específico (“Grupo”), cujo as operações são dedicadas a exploração de energia eólica:

<u>Investidas</u>	<u>Participação em Investidas</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Parques Eólicos Palmares S.A.	90%	80%
Ventos da Lagoa Energia S.A.	90%	80%
Ventos do Litoral Energia S.A.	90%	80%
Ventos dos Índios Energia S.A.	90%	80%
Ventos do Sul Energia S.A.	80%	80%

a) Licenças e autorizações

Ventos do Sul

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO n.º 6131/2014-DL, concedida através do processo administrativo n.º 002714-0567/14-5, emitida em 28/10/2014, fica Prorrogado por tempo indeterminado, até manifestação da FEPAM no processo 002898-0567/18-1. A situação atualizada do Empreendimento poderá ser consultada no site ww3.fepam.rs.gov.br.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 692, de 17 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 18.12.2002, seção1, p.72 v. 139, n.244.

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Habilitação	Contratos	Local de Geração Município de Osório/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Osório composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 29 de junho de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Sangradouro composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de setembro de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico dos Índios composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 13 de dezembro de 2006

Palmares

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO n.º 01115/2016, concedida através do processo administrativo n.º008619-0567/14-4, emitida em 24/10/2018, fica Prorrogado por tempo indeterminado, até manifestação da FEPAM no processo 0086619-0567/14-4. A situação atualizada do Empreendimento poderá ser consultada no site ww3.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 767, de 23 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Palmares, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 24.12.2002, seção1, p.259 v. 139, n.248.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Resumo das habilitações e contratos que norteiam as operações da Companhia:

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de Palmares do Sul/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico Palmares composto por 4 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de dezembro de 2010
Leilão de Energia de Reserva nº. 002/2009 da ANEEL	Contrato de Energia de Reserva (CER) nº. 090/09, datado de 5 de novembro de 2010 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	Parque Eólico Fazenda Rosário composto por 4 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de junho de 2011
Leilão de Energia de Reserva nº. 002/2009 da ANEEL	Contrato de Energia de Reserva (CER) nº. 091/09, datado de 5 de novembro de 2010 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	Parque Eólico Fazenda Rosário 3 composto por 7 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de junho de 2011
Leilão de Energia de Reserva nº. 003/2010 da ANEEL	Contrato de Energia de Reserva (CER) nº. 109/10, datado de 26 de maio de 2011 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	Parque Eólico Fazenda Rosário 2 composto por 10 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 06 de setembro de 2012

Ventos da Lagoa

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO 5040 / 2018-DL, concedida através do processo administrativo n. 9035-05.67/15.3, emitida em 22/08/2018, fica Prorrogado por tempo indeterminado, até manifestação da FEPAM no processo 9035-05.67/15.3. A situação atualizada do Empreendimento poderá ser consultada no site ww3.fepam.rs.gov.br.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a portaria n.º 702 e 854, de 06 agosto de 2010 e 13 de outubro de 2010, autorizando a Companhia como produtor Independente de Energia Elétrica Denominada Sangradouro 2 e Sangradouro 3, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 14.10.2010, seção 1, p.61 v. 147, n.197, 09.08.2010, seção 1, p.67 v. 147, n.151.

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Resumo das habilitações e contratos que norteiam as operações da Companhia:

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de Osório/RS
Leilão de Energia de Reserva nº. 003/2009 da ANEEL	Contrato de Energia de Reserva (CER) nº. 096/09, datado de 5 de novembro de 2010 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	Parque Eólico Sangradouro 2, composto por 13 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h entrou em operação comercial em 03/10/2012
Leilão de Energia de Reserva nº. 003/2009 da ANEEL	Contrato de Energia de Reserva (CER) nº. 058/09, datado de 5 de novembro de 2010 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	Parque Eólico Sangradouro 3, composto por 12 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação comercial em 01/07/2012.

Ventos da Litoral

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO 505/ 2020-DL, concedida através do processo administrativo n. 1198-05.67 / 18.7, emitida em 21/02/2014, fica Prorrogado por tempo indeterminado, até manifestação da FEPAM no processo 1198-05.67 / 18.7. A situação atualizada do Empreendimento poderá ser consultada no site ww3.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a portaria n.º 583 e 125, de 17 junho de 2010 e 23 de fevereiro de 2011, autorizando a Companhia como produtor Independente de Energia Elétrica Denominada Osório 2 e Osório 3, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 21.06.2010, seção 1, p.145 v. 147, n.116, 24.02.2011, seção 1, p.108 v. 148, n.39.

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Resumo das habilitações e contratos que norteiam as operações da Companhia:

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de Osório/RS
Leilão de Energia de	Contrato de Energia de Reserva (CER)	Parque Eólico Osório 2,

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

Reserva n. 003/2009 da ANEEL	nº 040/09, datado de 25 de agosto de 2010 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.	composto por 12 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação comercial em 19/12/2012.
Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Energia n. 007/2010 da ANEEL	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) nº 08433/10, datado de 28 de julho de 2011 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.	Parque Eólico Osório 3, composto por 13 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação comercial em 15/02/2013.

Ventos da Índios

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO 6204/ 2014-DL, concedida através do processo administrativo n. 07991-05.67/14-4, emitida em 03/05/2019, fica Prorrogado por tempo indeterminado, até manifestação da FEPAM no processo 07991-05.67/14-4. A situação atualizada do Empreendimento poderá ser consultada no site ww3.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a portaria n.º 49 e 387, de 08 fevereiro de 2012 e 26 de junho de 2012, autorizando a Companhia como produtor Independente de Energia Elétrica Denominada Índios 2 e Índios 3, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 09.02.2012, seção 1, p.45 v. 149, n.29, 28.06.2012, seção 1, p.225 v. 149, n.124.

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Resumo das habilitações e contratos que norteiam as operações da Companhia:

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de Osório/RS
Leilão de Energia de Reserva nº. 003/2011 da ANEEL	Contrato de Energia de Reserva (CER) nº. 145/11, datado de 27 de junho de 2012 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	Parque Eólico dos Índios 2, composto por 13 aerogeradores com capacidade individual de 2,3 MW/h entrou em operação comercial em 16 de dezembro de 2014.
Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração nº. 007/2011 da ANEEL	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), datado de 24 de setembro de 2013 com as empresas titulares de concessão para prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, reguladas e acompanhadas no âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	Parque Eólico dos Índios 3, composto por 10 aerogeradores com capacidade individual de 2,3 MW/h entrou em operação comercial em 01 de outubro de 2014.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas demonstrações financeiras consolidadas capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 85.466 em 2023 (em 2022 o capital circulante era negativo em R\$ 87.422), decorrente do fluxo de pagamento dos financiamentos e das debêntures descrito nas notas explicativas nº 13 e 14 assim como, o contas a pagar Eletrobrás descrito na nota explicativa nº 16. Os financiamentos são todos do BNDES que foram aportados para financiar a operação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

dos parques. De acordo com o Balanço Patrimonial de 2023 pode-se observar que 17% da dívida no circulante se refere a este financiamento

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que parte substancial dos passivos circulantes consolidado refere-se as obrigações de financiamentos e debêntures e a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações dos Financiamentos e das debêntures, conforme cronograma estabelecido nos respectivos contratos, bem como que a manutenção atual da gestão de seus ativos será suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 18 de junho de 2024.

2.2. Consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Rio Sul 1 Energia e das suas controladas, conforme demonstrado na nota explicativa 10.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os exercícios sociais das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com as normas internacionais de contabilidade e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.3. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.6. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, os custos com desmontagem e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.7. Provisão para desmobilização

As provisões para desmontagem são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nos parques de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas futuras com a desmontagem, remoção dos equipamentos e recuperação da área para o seu estado original. Esta provisão é estimada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, o Grupo avalia se existem indicativos de que o valor contábil de seus ativos sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicativo, é efetuada uma revisão do valor recuperável para determinar se existe perdas de valor recuperável a serem registradas. Quando não for possível estimar o montante recuperável de

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes.

Impostos correntes

A controladora e as controladas são optantes de regimes tributários diferentes, lucro real e lucro presumido, respectivamente:

Lucro Real

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Lucro Presumido

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada com base no Lucro Presumido que é determinado em 8% para venda de energia e 32% para prestação de serviço do exercício, conforme legislação fiscal vigente, acrescido das receitas financeiras. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre esse Lucro Presumido com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.11. Reconhecimento de receita

A receita proveniente da venda de energia gerada pelo Grupo é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento.

Os valores são faturados aos clientes de acordo com os volumes de energia contratados. As controladas podem em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia é inferior a contratada, que é registrada na rubrica “adiantamento de clientes” ou um direito, quando o volume de energia é superior a contratada, que é registrado na rubrica “contas a receber”.

2.12. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis,

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.12.1. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.13. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.14. Contratos de arrendamento (leasing)

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

(a) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

(b) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor em 2023:

Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as informações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que poderiam ter impacto significativo sobre as informações financeiras da Companhia.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.1.1. Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício e são ajustadas de forma prospectiva, se necessário.

4.1.2. Desmobilização de Ativos – Custos de Desmontagem

O Grupo constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como a taxa de desconto, conforme descrito na NE 9.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

4.1.3. Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes do Grupo não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia efetua o cálculo da taxa

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

incremental tomando como base o custo dos encargos sobre empréstimos em condições semelhantes de aquisição em ambiente econômico similar.

4.1.4. Provisão para riscos tributários

Esta estimativa é mensurada com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento de seus assessores jurídicos e da Administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo de caixa e bancos	3	6	95	826
Aplicações financeiras para curto prazo	178	3.626	92.141	68.719
	181	3.632	92.236	69.545

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Rentabilidade	Controladora		Consolidado	
				2023	2022	2023	2022
Banco Bradesco	Simple CDB Autom.	Indefinido	101% CDI a.a.	-	-	3.030	2.236
Banco Bradesco	Simple CDB Autom.	Indefinido	98,37% CDI a.a.	-	-	5	2
Banco do Brasil	BB RF LP Corp	Indefinido	101% CDI a.a.	-	-	39	35
Banco do Nordeste	BNB Automatico FI RF	Indefinido	101% CDI a.a.	1	131	1	131
Banco Itaú	ITAU TOP DI FIC R	Indefinido	107,61% CDI a.a.	-	-	26.935	-
Banco Itaú	Soberano RF Simples Fic	Indefinido	99,36% CDI a.a.	-	-	55.453	35.336
Banco Itaú	Soberano RF Simples Fic	Indefinido	99,81% CDI a.a.	177	3.167	5.864	25.653
Banco Santander	Master Fi Renda Fixa	Indefinido	98,52% CDI a.a.	-	328	814	5.305
Banco Santander	Master Fi Renda Fixa	Indefinido	97,08% CDI a.a.	-	-	-	21
				178	3.626	92.141	68.719

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estão demonstrados os valores a receber relativos ao fornecimento de energia e serviços, conforme contratos firmados.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Distribuidoras	-	-	802	-
Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBP	-	-	35.924	-
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A.	-	-	2.446	44.105
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	18.220	20.558

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

Clientes diversos	-	-	21	24
Créditos energia gerada no exercício (a)	-	-	4.511	5.950
Conta a Receber de Clientes	-	-	61.924	70.637
Ativo Circulante	-	-	59.686	62.251
Ativo Não Circulante (b)	-	-	2.238	8.386

(a) Refere-se à energia gerada acima das quantidades contratadas, conforme contratos de fornecimento de energia com a Eletrobrás no valor de R\$ 4.511 (R\$ 5.950 em 31 de dezembro de 2022), que será faturado de forma linear nos próximos 12 meses;

(b) Refere-se à energia gerada acima das quantidades contratadas, conforme contratos de fornecimento com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que serão faturadas no próximo quadriênio.

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2023.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão demonstrados como segue:

Os créditos acima apresentados são compensados de forma sistemática conforme determina a legislação fiscal e de acordo com a capacidade do Grupo de gerar tributos a pagar.

Os créditos de longo prazo estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IR a compensar	68	235	68	235
CSLL a compensar	6	11	6	11
Outros Impostos a compensar	-	-	142	6
	74	246	216	252
Circulante	74	84	216	90
Não Circulante	-	162	-	162

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Conforme previsto contratualmente, para cada uma das controladas foram abertas três contas-correntes distintas vinculadas aos financiamentos obtidos e debêntures emitidas, todas mantidas junto ao Banco Itaú S/A. As aplicações derivadas das contas-correntes do Banco Itaú S/A estão segregadas e apresentamos no ativo não circulante, no montante consolidado de R\$ 56.853 (R\$ 58.176 em 31 de dezembro de 2022).

As aplicações financeiras vinculadas mantidas no Banco Itaú S/A, correspondem a quotas do Fundo Itaú ITAU TOP DI FIC R, conforme previsto contrato de financiamento, avaliadas de acordo com o valor da quota na data dos encerramentos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

De acordo com o contrato de financiamento com o BNDES essas contas vinculadas deverão manter sempre recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, de 03 meses de principal e juros. Para apurar o valor deve-se considerar a primeira parcela vincenda do principal e acessório da dívida decorrente desses contratos.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O regime de tributação da controladora e da controlada Ventos do Sul Energia S/A é o Lucro Real, as demais controladas adotam o regime de apuração de Lucro Presumido. A despesa com o imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL no resultado:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Corrente				
Imposto de renda	-	-	39.676	38.378
Contribuição social	-	-	14.920	14.450
Total do imposto corrente	-	-	54.906	52.828

Imposto de renda e contribuição social correntes - Presumido e Lucro Real

	Consolidado	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
LUCRO PRESUMIDO (Investidas, exceto Ventos do Sul)		
Receita Bruta	164.980	164.229
Base de Cálculo Lucro Presumido (8% Faturamento)	13.198	13.138
Base de Cálculo Lucro Presumido (12% Faturamento)	19.798	19.707
Outras Receitas	48	615
Receitas Financeiras	9.972	8.267
Total Base de Cálculo IRPJ	23.218	22.020
Total Base de Cálculo CSLL	29.818	28.589
IRPJ à alíquota 25%	5.709	5.409
CSLL à alíquota 9%	2.684	2.573
Outras diferenças permanentes – líquidas	-	10
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.393	7.992

b) Impostos Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 refere-se a diferenças temporárias existentes na apuração do lucro tributário pela controlada Ventos do Sul Energia S.A. que adota o regime de Lucro Real:

Ativo diferido	2023			2022		
	<u>IR</u>	<u>CS</u>	<u>Total</u>	<u>IR</u>	<u>CS</u>	<u>Total</u>
Arrendamentos e Aluguéis	291	105	396	229	82	311
Provisão Amortização Desmobilização	751	270	1.021	611	220	831
Provisão Contingência	409	147	556	383	138	521

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

Provisões de Consultorias	163	59	222	163	59	222
Ativo Não Circulante	1.614	581	2.195	1386	499	1885

Expectativa realização do ativo diferido

2024	2.195
Total	<u>2.195</u>

10. INVESTIMENTOS

Em 31 de janeiro de 2023 foi celebrado o contrato de compra e venda de ações na qual a acionista minoritária Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G) se compromete a vender a totalidade da participação societária detida na Companhia correspondente a 10% do seu capital social para a controladora Rio Sul 1 Energia Ltda. (Rio Sul 1). Após o fechamento da transação, a controladora Rio Sul 1 passará a deter 90% do controle acionário da Companhia, enquanto a acionista minoritária Wobben Windpower Ind. e Comércio Ltda. continuará com participação de 10% do seu capital.

Abaixo demonstramos as participações societárias adquiridas das companhias:

- Totalidade da participação acionária detida pela CEEE-G no Parque Eólico Palmares, correspondente a 10,00% (dez por cento) do capital social. ("Participação Palmares"), pelo montante de R\$ 15.694, com o ágio em transação de capital no montante de R\$ 1.792;
- Totalidade da participação detida acionária pela CEEE-G na Ventos da Lagoa, correspondente a 10,00% (dez por cento) do capital social. ("Participação Ventos da Lagoa"), pelo montante de R\$ 14.853, com o ágio em transação de capital no montante de R\$ 3.495;
- Totalidade da participação acionária detida pela CEEE-G na Ventos do Litoral, correspondente a 10,00% (dez por cento) do capital social. ("Participação Ventos do Litoral"), pelo montante de R\$ 14.013, com o ágio em transação de capital no montante de R\$ 2.309; e
- Totalidade da participação acionária detida pela CEEE-G na Ventos dos Índios, correspondente a 10,00% (dez por cento) do capital social. ("Participação Ventos dos Índios"), pelo montante de R\$ 9.108, com o ágio em transação de capital no montante de R\$ 1.054.

Ações adquiridas	
Empresa	Valor
Ventos da Lagoa	14.853
Ventos do Litoral	14.013
Parque Eólico Palmares	15.694
Ventos dos Índios	9.108
Total	<u>53.668</u>

- Participação societária nos investimentos

Empresa	País	Percentual (%)	
		2023	2022

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

Parques Eólicos Palmares S.A.	Brasil	90	80
Ventos da Lagoa Energia S.A.	Brasil	90	80
Ventos do Litoral Energia S.A.	Brasil	90	80
Ventos dos Índios Energia S.A.	Brasil	90	80
Ventos do Sul Energia S.A.	Brasil	80	80

b) Controladora

Os investimentos são compostos por:

	Controladora	
	2023	2022
Participação em empresas controladas		
Parques Eólicos Palmares S.A.	119.814	103.891
Ventos da Lagoa Energia S.A.	97.142	85.229
Ventos do Litoral Energia S.A.	103.625	89.399
Ventos dos Índios Energia S.A.	72.772	64.295
Ventos do Sul Energia S.A.	52.699	35.134
Total dos investimentos	446.052	377.948

c) Participação nas investidas:

	Parques Eólicos Palmares	Ventos da Lagoa	Ventos do Litoral	Ventos dos Índios	Ventos do Sul	Total Investimentos
Em 31 de dezembro de 2022						
Capital social	114.116	88.701	102.901	63.641	964	370.323
Nº ações	114.116	88.701	102.901	63.641	140.964	510.323
Participação (%)	80	80	80	80	80	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	19.267	14.831	11.139	362	85.520	131.119
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022	129.864	106.537	111.748	80.369	43.917	472.435
Resultado de participação	15.414	11.865	8.911	290	68.416	104.896
Investimento	103.891	85.230	89.398	64.295	35.134	377.948
Em 31 de dezembro de 2023						
Capital social	114.116	88.701	102.901	63.641	35.548	404.907
Nº ações	114.116	88.701	102.901	63.641	140.964	510.323
Participação (%)	90	90	90	90	80	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	19.853	14.620	11.651	(511)	90.690	136.303
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023	131.135	104.053	112.574	79.686	65.873	493.321
Resultado de participação	17.868	13.158	10.486	(460)	72.552	113.604
Investimento	118.022	93.648	101.317	71.717	52.698	437.402

A movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial, segue demonstrada abaixo:

	Controladora	
	2023	2022
Saldo Inicial	377.948	389.453
Compra de participação CEEE-G	45.019	-
Dividendos	(99.169)	(116.401)
Equivalência patrimonial	113.604	104.896
Saldo Final	437.402	377.948

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

11. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

Consolidado

	Taxas anuais de depreciação e amortização %	2023		2022	
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido
Administração central:					
Computadores	20%	1.857	(1.474)	382	388
Móveis e utensílios	10%	1.016	(958)	58	89
Instalações	10%	300	(226)	74	98
Máquinas e Equipamentos	10%	8.707	(5.306)	3.401	3.994
Veículos	20%	434	(434)	-	-
Operação do sistema:					
Terrenos		43	-	43	43
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,81%	406.236	(163.545)	242.691	256.015
Máquinas e equipamentos	3,11%	1.244.756	(643.697)	601.060	637.791
Desmobilização		46.385	(3.170)	43.215	6.245
		<u>1.709.734</u>	<u>(818.810)</u>	<u>890.924</u>	<u>904.663</u>

Consolidado

	Edificações, Obras Civis, Benfeitorias e Outros	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>281.012</u>	<u>680.297</u>	<u>961.310</u>
Imobilizado Investida	-	-	-
Adições	498	-	498
Remensuração da provisão de Desmobilização	(3.045)	(2.326)	(5.371)
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.438	1.438
Amortização Desmobilização	(314)	(384)	(698)
Depreciação do exercício	<u>(14.341)</u>	<u>(38.173)</u>	<u>(52.514)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>263.810</u>	<u>640.852</u>	<u>904.663</u>
Adições	344	-	344
Remensuração da provisão de Desmobilização	19.304	18.044	37.348
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.437	1.437
Amortização Desmobilização	(156)	(219)	(375)
Depreciação do exercício	<u>(14.323)</u>	<u>(38.170)</u>	<u>(52.493)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>268.974</u>	<u>621.944</u>	<u>890.924</u>

a) Ativos em garantia

As máquinas e equipamentos, que se referem aos Aerogeradores, com valor residual contábil de R\$ 601.060 (R\$ 637.791 em 31 de dezembro de 2022), foram vinculados a garantia fiduciária dos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

financiamentos obtidos através do BNDES e Debenturistas (vide notas explicativas nº. 13 e 14). As controladas não têm permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

O Grupo avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado.

Além disso, a Companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade mínima de 98% dos aerogeradores. Os resultados obtidos nos últimos anos são superiores ao mínimo estipulado, indicam que as máquinas mantem ou superam, após 15 anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação.

Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 31 de dezembro de 2023.

b) Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da provisão para desmobilização de ativos totaliza R\$ 49.044 (R\$ 11.019 em 2022).

<u>Provisão Desmobilização</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.759
Despesa Financeira	633
Remensuração da Provisão	(5.373)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.019
Despesa Financeira	677
Remensuração Desmobilização	37.348
Saldo em 31 de dezembro de 2022	49.044

12. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores	-	-	2.688	2.358

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

13. FINANCIAMENTOS

A posição geral consolidada dos financiamentos, considerando o circulante e não circulante, é a seguinte:

Instituição financeira	Encargos de juros (a.a.)	Vencimento Final	Circulante		Não circulante	
			2023	2022	2023	2022
BNDES	TJLP + 2,34%	2029	42.588	60.369	198.380	219.661
			42.588	60.369	198.380	219.661

Mapa de Movimentação de Empréstimos

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo Inicial	280.031	319.039
Apropriação de Juros	23.863	26.521
Amortização Principal	(41.630)	(41.104)
Amortização Juros	(21.296)	(24.425)
Saldo Final	240.968	280.031

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos financiamentos é o seguinte:

Consolidado	
2025	40.955
2026	40.955
2027	40.818
2028 e 2029	75.652
Total	198.380

Os financiamentos representam os valores liberados pelo BNDES para efetivação dos projetos nas controladas, distribuídos em curto e longo prazo conforme o prazo de carência e de vencimento.

Cláusulas Restritivas

De acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES cada uma das controladas está sujeita as seguintes clausulas financeiras restritivas:

Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital, além do mínimo legal previsto no artigo 202, parágrafo segundo, da Lei Federal nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, salvo se observado, cumulativamente, os itens abaixo:

- efetuada após 31 de dezembro de 2017,
- verificada a Conclusão do Projeto;
- efetuada no período compreendido entre abril e dezembro do respectivo ano civil;
- preenchida a "Conta Reserva do Serviço da Dívida" e a "Conta Reserva de O&M" (aplicação financeira vinculada, nota nº 8), na forma do Contrato mencionado no Inciso I da Cláusula Décima;
- atingido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), no exercício anterior, e desde que, com o pagamento, o ICSD permaneça no valor mínimo indicado no referido Inciso de 1,3;

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

- f) comprovada a geração consolidada, composta pela soma da geração das SPE's:
- f.1) PARQUES EÓLICOS PALMARES S.A. - central geradora eólica denominada EOL FAZENDA ROSÁRIO, da central geradora eólica denominada EOL FAZENDA ROSÁRIO 2, e da central geradora eólica denominada EOL FAZENDA ROSÁRIO 3, de, no mínimo, 128.500 MW/h no período de 12 meses imediatamente anteriores.
- f.2) VENTOS DA LAGOA ENERGIA S.A. - central geradora eólica denominada EOL SANGRADOURO 2 e da central geradora eólica denominada EOL SANGRADOURO 3, de, no mínimo, 125.300 MW/h no período de 12 meses imediatamente anteriores.
- f.3) VENTOS DO LITORAL ENERGIA S.A. - central geradora eólica denominada EOL OSÓRIO 2 e da central geradora eólica denominada EOL OSÓRIO 3, de, no mínimo, 131.800 MW/h no período de 12 meses imediatamente anteriores.
- f.4) VENTOS DOS ÍNDIOS ENERGIA S.A. - central geradora eólica denominada EOL PARQUE EÓLICO DOS ÍNDIOS 2 e da central geradora eólica denominada EOL PARQUE EÓLICO DOS ÍNDIOS 3, de, no mínimo, 145 GW/h no período de 12 meses imediatamente anteriores.

A Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas mencionadas, aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2023.

14. DEBÊNTURES

A controlada Ventos do Sul Energia S/A. realizou em 21/10/2019 sua 1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, totalmente destinados à liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das atividades da Companhia.

O valor total captado foi de R\$325.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) Debêntures, sendo 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) Debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano, e 98.000 (noventa e oito mil) Debêntures da Segunda Série com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019. Em dezembro de 2023 foi efetivada a nona amortização de debentures.

Abaixo é demonstrado a abertura e movimentação das debêntures:

Abertura e Saldos das Debêntures							
Emissão	Taxas de Juros	Vencimento	Captação	Custo a apropriar	Saldo de Principal	Saldo de Juros	Total
1ª Emissão - 1ª Série	CDI + 0,75%	31/12/2025	R\$227.000	(659)	79.525	335	79.201
1ª Emissão - 2ª Série	IPCA + 3,25%	31/12/2025	R\$98.000	(285)	40.144	46	39.905
			R\$325.000	(944)	119.669	381	119.106
					2023	2022	
Circulante					56.516		54.671
Não Circulante					62.590		116.956
Total Debêntures					<u>119.106</u>		<u>171.627</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

14.1. Vencimento das parcelas de longo prazo

A controlada Ventos do Sul Energia S/A classifica suas debêntures como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Valor
2025	62.590
Total Passivo não Circulante	62.590

14.2. Mutação das debêntures

Mapa Movimentação de Debêntures

Saldo inicial - 31/12/2021	218.373
Juros Incorridos	23.801
Amortização de debêntures	(51.203)
Amortização de juros	(19.883)
Custo de Captação a apropriar	539
Saldo final - 31/12/2022	171.627
Juros Incorridos	18.359
Amortização de debêntures	(55.182)
Amortização de juros	(16.237)
Custo de Captação a apropriar	539
Saldo final - 31/12/2023	119.106

14.3 Cláusulas contratuais restritivas – *covenants*

A controlada Ventos do Sul Energia S/A emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual a partir do exercício social encerrado em 2020, bem como outras condições restritivas a serem observadas, tais como:

- i) transformação da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;
- ii) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, nos quais a Companhia figure na qualidade de mutuante, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- iii) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Companhia, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios caso: (a) a Companhia esteja inadimplente com qualquer das obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou Contrato de Garantia; e/ou (b) a Companhia não esteja cumprindo o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos);
- iv) cisão, fusão, incorporação, aquisição, constituição ou qualquer forma de reorganização societária que implique (a) alteração de controle da Companhia e/ou dos Acionistas, bem como (b) a participação da Companhia em outras sociedades, para a qual não tenha sido obtida a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

- v) qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores. Em 31/12/2023 a controlada cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Gestão do risco de capital

O Grupo administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (financiamento detalhados na nota explicativa nº. 13 e 14, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 18).

i. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

- (a) A dívida refere-se a empréstimos de curto e longo prazos e debêntures, conforme detalhado nas notas explicativas nº. 13 e 14.
- (b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

	Consolidado	
	2023	2022
Dívida (a)	360.074	451.657
Caixa, saldos de bancos e aplicações vinculadas (b)	<u>149.089</u>	<u>127.720</u>
Dívida líquida	210.985	323.937
Patrimônio líquido (c)	<u>547.849</u>	<u>524.635</u>
Índice de endividamento líquido	0,40	0,62

- (a) A dívida é definida como financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº 13 e 14.
- (b) O valor é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

15.2. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

Ativos Financeiros	Nível	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
		Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Custo Amortizado					
Caixa e Equivalente de Caixa	2	181	3.632	92.236	69.545
Aplicações financeiras vinculadas	2	-	-	56.853	58.176
Contas a Receber Geração de Energia		-	-	61.924	70.637
Total dos ativos financeiros		181	3.632	211.013	198.357
Passivos Financeiros					
<u>Custo amortizado</u>					
Fornecedores		-	-	2.700	2.359
Contas a pagar - Eletrobras		-	-	110.711	83.914
Financiamentos		-	-	240.968	280.030
Partes Relacionadas e dividendos		208	3.200	15.451	21.621
Debentures		-	-	119.106	171.627
Outras obrigações		-	-	7.124	2.265
Total dos passivos financeiros		208	3.200	496.060	561.815

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

- Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.
- Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

- a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.
- b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

15.3. Objetivo da administração dos riscos financeiros

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos na medida em que não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

15.4. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2023 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	Consolidado				
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 31/12/2023
Passivos					
Fornecedores	2.700	-	-	-	2.700
Contas a pagar	74.903	41.471	-	-	116.374
Financiamentos	28.196	27.836	104.521	127.214	287.766
Partes Relacionadas e dividendos	15.451	-	-	-	15.451
Outras obrigações	1.460	4.450	-	-	5.910
Debentures	34.581	33.632	67.028	-	135.241
	157.291	107.389	171.549	127.214	563.442

15.5. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de juros irão afetar o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

15.6. Gestão do risco de taxa de câmbio

As controladas da Companhia não possuem transações em moeda estrangeira.

15.7. Gestão do risco de taxa de juros e índices flutuantes

As controladas da Companhia estão expostas ao risco de taxa de juros, e índices flutuantes relativos as variações da taxa de IPCA, DI e TJLP. Esse risco é administrado pelo Grupo através da manutenção principalmente de ativos financeiros indexados a taxas pós-fixadas.

15.8. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e debêntures com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI e IPCA. Dessa forma, a Companhia fica exposta às taxas de juros básicas que tem sofrido forte volatilidade no último ano em função do cenário econômico recente. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou redução na taxa básica do CDI é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros, IPCA e TJLP ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração dos prováveis impactos. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Risco	Instrumentos	Consolidado Variação de 50%
Baixa do CDI	Ativo Financeiro	
	Aplicações Financeiras:	56.853
	Taxa anual estimada do CDI para 2024	9,15%
	Efeito anual nas aplicações financeiras	4,58%
	Perda	<u>(2.601)</u>
Alta do TJLP	Passivo Financeiro	
	Financiamento	240.968
	Taxa anual estimada de TJLP + 2,34%	9,04%
	Efeito anual no financiamento	4,52%
	Perda	<u>(10.892)</u>
Alta do CDI	Passivo Financeiro	
	Debêntures Série 1	39.905
	Taxa anual estimada de CDI + 0,75%	9,90%
	Efeito anual nas Debêntures	4,95%
	Perda	<u>(1.975)</u>
Alta do IPCA	Passivo Financeiro	
	Debêntures Série 2	119.106
	Taxa anual estimada de IPCA + 3,25%	6,85%
	Efeito anual nas Debêntures	3,43%
	Perda	<u>(4.079)</u>

15.9. Gestão de risco de crédito

As políticas de crédito das controladas estão subordinadas ao contrato com a Eletrobrás e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

15.10 Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

15.11. Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

16. CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a Pagar	-	-	116.374	84.823
Passivo Circulante	-	-	109.635	72.637
Passivo Não Circulante	-	-	6.739	12.186

Refere-se à diferença entre os valores de energia contratada e gerada durante o exercício, ou seja, a Companhia gerou volume menor de energia que a contratada, e que, conforme previsto em contrato de venda estabelecido com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e Eletrobras, nos casos do PROINFA, serão compensados de duas formas:

- o valor destacado no passivo circulante será compensado com os faturamentos de energia do próximo exercício (contratos com o PROINFA e CCEE);
- o valor destacado no passivo não-circulante será compensado ao final do primeiro quadriênio (contratos com a CCEE).

17. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

17.1. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos

Conforme indica o IFRS16/CPC 06, “arrendamento é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período em troca de contraprestação”.

Em observância ao IFRS 16/CPC 06, a Companhia analisou todos os contratos de arrendamentos, e verificou que existem contratos de arrendamentos com valores fixos, e concluiu que os contratos se enquadram no IFRS16/CPC06.

A Companhia tomou por base a taxa de desconto de 11,00%, aplicável aos contratos fixos de arrendamento no Brasil.

a) Direito de uso de arrendamentos:

	Consolidado				
	2023			2022	
Período de Depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido	
Terrenos					
Contrato de Locação	Até 2040	3.164	(574)	2.590	2.496
Contrato de Locação	Até 2041	1.096	(193)	903	887
Contrato de Locação	Até 2042	1.351	(231)	1.120	1.126
Contrato de Locação	Até 2045	1.429	(225)	1.204	1.098
		7.040	(1.223)	5.817	5.606

As mutações do direito de uso de arrendamento estão apresentadas a seguir:

	Ativos de Direito de Uso
Saldo em 31/12/2021	4.842

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

Adição	1.054
Depreciação	(237)
Saldo em 31/12/2022	5.606
Adição	529
Depreciação	(318)
Saldo em 31/12/2023	5.817

b) Arrendamentos a pagar:

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2021	411	4.917	5.328
Adição	-	1.054	1.054
Juros	-	691	691
Transferências	803	(803)	-
Amortizações	(777)	-	(777)
Saldo em 31/12/2022	437	5.859	6.296
Adição	-	528	528
Juros	-	740	740
Transferências	463	(463)	-
Amortizações	(828)	-	(777)
Saldo em 31/12/2023	72	6.664	6.736

c) Pis e COFINS a recuperar

Os contratos de locação e arrendamentos referidos nas letras “a” e “b”, são firmados com pessoas físicas, e, portanto, não permitem que a Companhia utilize créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos efetuados aos arrendadores, conforme prescreve a legislação tributária.

17.2. Arrendamentos com remuneração variável

Determinados contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, a IFRS 16/CPC 06 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no exercício:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesa de Arrendamentos	-	-	3.315	3.408

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS

A Companhia Ventos do Sul Energia S.A (Controlada da Rio Sul 1 Energia Ltda), no ano de 2012 efetuou pagamento de IR e CSLL com créditos de impostos. Foi notificada em 2017 pela Receita Federal que não homologou a compensação declarada alegando que a receita correspondente as retenções na fonte não foram oferecidas à tributação. Em 2022 foi negado o provimento a impugnação e mantido a

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

notificação de lançamento. A administração da Companhia, suportada na avaliação de perda provável dos seus assessores jurídicos, efetuou o registro de provisão no montante de R\$ 1.634 em 31 de dezembro de 2023.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 349.958 é representado por 349.958.400 mil quotas de valor nominal R\$ 1,00. Em 09 de março de 2023 os sócios deliberaram, por unanimidade, aumentar o capital social de R\$ 296.258 para R\$ 349.958, sendo um aumento de R\$ 53.700 (cinquenta e três milhões e setecentos mil reais) com a emissão de 53.700.00 (cinquenta e três milhões e setecentos mil) novas quotas no valor nominal de R\$ R\$ 1,00 (um real), mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia..

b) Reservas de lucro:

Foi constituída reserva de lucros com o saldo do lucro do período para futura aprovação dos sócios, no montante de R\$ 113.158 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 104.867 em 2022).

c) Distribuição de Lucro:

No exercício de 2023 foram distribuídos lucros decorrentes de anos anteriores no total de R\$ 96.423 (R\$ 116.414 em 2022). Referente a participação dos não controladores, foram distribuídos R\$ 7.609.

20. RECEITA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta				
Venda de energia	-	-	412.180	417.745
Dedução:				
Impostos sobre vendas	-	-	(29.062)	(29.648)
Receita líquida	-	-	383.118	388.097

21. DESPESA POR FUNÇÃO E NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesa Classificada por função				
Custo da Operação	-	-	(162.277)	(160.266)
Gerais e Administrativas	(576)	(194)	(11.500)	(14.105)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	5.923	6.288
Total	(576)	(194)	(167.854)	(168.083)
Despesa Classificada por natureza				
Custo de Operação e Manutenção	-	-	(82.418)	(81.378)
Encargos Uso do Sistema e Produção	-	-	(23.403)	(21.978)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

Arrendamentos	-	-	(3.315)	(3.407)
Depreciação	-	-	(53.191)	(53.501)
Despesa com Seguros	-	-	(3.627)	(3.331)
Despesa com Serviços Profissionais	(159)	-	(3.561)	(4.543)
Outras Despesas Administrativas	(417)	(194)	(4.262)	(6.233)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	5.923	6.131
Indenização Seguro	-	-	-	157
Total	(576)	(194)	(167.854)	(168.083)

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas aplicações financeiras	268	199	20.755	16.236
Outras Despesas (Receitas)	-	-	-	46
Receita de Juros	-	-	-	177
Receitas financeiras	268	199	20.755	16.459
Juros sobre a dívida	-	-	(42.222)	(50.320)
Comissionamento	-	-	(539)	(539)
Desmobilização	-	-	(678)	(633)
Arrendamentos	-	-	(740)	(691)
Outros	(138)	(34)	(1.387)	(1.220)
Despesas financeiras	(138)	(34)	(45.566)	(53.403)
Variação Cambial Líquida	-	-	-	8

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais consolidadas

As aquisições de bens e serviços de partes relacionadas são feitas nas condições estabelecidas no contrato firmado entre as partes, não há incidência de encargos financeiros nessas transações.

b) Valores a pagar para acionistas

Resultado	Consolidado	
	2023	2022
	Aquisição de Serviços	
Custo de Operação		
Aquisição de Serviços		
Wobben Windpower Ltda.	54.265	54.265
Enerfín do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	21.427	22.168
Elecnor do Brasil Ltda.	3.545	3.274
Totais	79.237	80.306
	Valores a pagar para partes relacionadas	
	2023	2022

Fornecedores

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 E 2022 - Rio Sul 1 Energia Ltda e Controladas

Wobben Windpower	1.861	2.043
Elecnor do Brasil Ltda.	266	260
Enerfín do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	2.274	3.235
Totais	4.401	5.538

Valores a pagar para acionistas

	2023	2022
<u>Acionistas</u>		
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE – G	4.308	6.441
Wobben Windpower Ind. E Comércio Ltda.	6.532	6.441
Rio Grande Energias Renováveis Ltda	208	3.200
Totais	11.048	16.082

c) Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

24. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2023, a companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

	<u>31/12/2023</u>
<u>Compromissos</u>	
Encargos de Transmissão	3.008
Arrendamentos	562
Wobben Windpower	4.602
Totais	8.172

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de janeiro de 2024, foi aprovada pelo CADE a mudança de controle do Acionista Indireto da Companhia, conforme Operação de Compra e Venda entre a Elecnor S.A., na qualidade de vendedora, e Statkraft European Wind and Solar Holding S.A., na qualidade de compradora, em relação a 100% do capital social da Enerfín Sociedad de Energía, S.L.U. A operação foi finalizada em 23 de maio de 2024.

Em 10 de janeiro de 2024, o acionista Jose Castellanos Ybarra, transfere sua participação para a Rio Grande Energias Renováveis Ltda, no qual, passa a ter o controle acionário em sua totalidade.

Certificate Of Completion

Envelope Id: 6170C24974594393856426429ADCDE5C	Status: Completed
Subject: DFs_RSI 2023	
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)	
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables	
Source Envelope:	
Document Pages: 40	Signatures: 1
Certificate Pages: 2	Initials: 0
AutoNav: Enabled	Envelope Originator:
Envelopeld Stamping: Enabled	Rosane Afavero
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
	rosane.afavero@pwc.com
	IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original 18 June 2024 11:59	Holder: Rosane Afavero rosane.afavero@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 18 June 2024 13:08	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Marcelo Prado
marcelo.prado@pwc.com
Partner
PwC
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature

DocuSigned by:

E28D68782B1A41E...
 Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 18.231.224.29

Timestamp

Sent: 18 June 2024 | 12:06
 Viewed: 18 June 2024 | 13:07
 Signed: 18 June 2024 | 13:07

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card
 Signature Issuer: AC SERASA RFB v5
 Signer CPF: 22297078846
 Signer Role: Sócio/contador

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Not Offered via DocuSign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Rosane Afavero rosane.afavero@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 18 June 2024 13:08 Viewed: 18 June 2024 13:08 Signed: 18 June 2024 13:08
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign		

Carbon Copy Events**Status****Timestamp**

Camila Fagundes
camila.fagundes@pwc.com
Security Level: Email, Account Authentication
(None)

COPIED

Sent: 18 June 2024 | 13:07
Viewed: 18 June 2024 | 13:37

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Witness Events**Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp****Envelope Summary Events****Status****Timestamps**

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	18 June 2024 12:06
Certified Delivered	Security Checked	18 June 2024 13:07
Signing Complete	Security Checked	18 June 2024 13:07
Completed	Security Checked	18 June 2024 13:07

Payment Events**Status****Timestamps**